

ATA		
<p>4ª Reunião Ordinária do Subcomitê Estadual da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM</p> <p>19 de setembro de 2023</p>		
PAUTA		
Item	Assunto	Responsável
1	Abertura	Sílvio Moisés Ramão Presidente Interino do Subcomitê da Redesim
2	Despesas e custos das certidões para os municípios	Fabiana Keller FAMURS
3	Necessidade de documentos nas Juntas das filiais das empresas	Rachel Einfeld SEFAZ /RS
4	<p>Situação dos GT's:</p> <p>GT Fiscal</p> <p>Contextualização</p> <p style="text-align: right;">Rachel Einfeld Fazenda Estadual RS</p> <p>GT REGISTRO</p> <p>Contextualização</p> <p>Aprovação de trava no sistema Redesim (viabilidade e ou DBE) para registro de sociedades com ob Necessidade de documentos nas Juntas das filiais das empresas jeto social de registro exclusivo do Cartório de Registro de PJ</p> <p>Juliano Lopes OAB/RS</p> <p style="text-align: right;">Marco Rodrigues Cartório de Registro PJ</p> <p>Padronizar as assinaturas. Transformação de tipos societários com mudança de Cartório de Registro (necessidade de normatização).</p> <p style="text-align: right;">Juliano Lopes OAB/RS</p> <p>GT TI</p> <p>Contextualização</p> <p>Proposta do GT TI do Subcomitê ser incorporado pelo do CEDE.</p> <p>Subchefia Legislativa enviou um PL de alteração da Lei da Liberdade Econômica. GT Legal</p> <p style="text-align: right;">Magnum Koury de Figueiredo Eltz SPGG</p>	
	Assuntos Gerais	Lauren de Vargas Momback Presidente do Subcomitê

DATA	HORÁRIO	LOCAL
19.09.2023	14h Avenida	Júlio de Castilhos, n.º 120, 2ª andar Plenário da JucisRS - Centro Histórico, Porto Alegre RS
Membro Presentes¹		
JUCISRS	FEMICRO	SPGG
Presid.- Lauren Momback S.E - Sílvio Moíses Ramão	T- Lorilene Correa Quevedo S – Gilberto Consoni	T– Magnum Koury F. Eitz
SEBRAE	FEPAM	Município
S - Márcio Francisco Benedusi	T- Jorge Augusto B. Filho S - Roberta Bonatto Acauan	S - Adriana Fracco de Souza
Município	Município	CBM/RS
T- Ewerton Sadi Falk Brasil S - Fabiana Keller	S - Ricardo Ledur Gottardo	S- Luis Augusto Braatz
Município		
S – Marcelo da Silva Corletto		

1– **Presid.** (Presidente), **T.**(Titular), **S**(Suplente), **S.E** (Secretário Executivo).

MEMBROS ON LINE	
SEDEC T - Leonardo Marmitt	SEFAZ RS T- Rachel Krug Einsfeld S - Celso Resin
OAB/RS S - Juliano D'Ornelas Lopes	Secretária da Agricultura Endrigo Pradel
Ouvidoria-Geral do Estado T– Carolina Duarte Vendruscolo	Vigilância Sanitária S- Dora Valeria Bocchi Barlem
Município T - Daniela Alves Machado Braga	

Convidados	
JucisRS / Redesim Willian Mattos Vieira	Cartório de Registro PJ Luiz Emílio Nascimento Skolaude
PROCERGS Gabriel Pastoriza	

Item 1- Abertura

1. Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte três, às quatorze horas, reuniram-se os membros presentes nominados na segunda página deste registro, e demais convidados para a 3ª Reunião Ordinária do Subcomitê Estadual da REDESIM de 2023. A reunião ocorreu de modo presencial e *online sendo* transmitida através da plataforma Microsoft Teams , através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YjZiMGFmODEtNTZmMy00NDEwLWEzNTUtMzgwMzk3MmlyNTUy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2215dcd909-8dc0-40e9-a1e5-cecb053cdd1a%22%2c%22Oid%22%3a%22534ef8ba-4de8-4176-a886-561cb9fe482d%22%7d.
2. **O Secretário Executivo, Sílvio Ramão**, deu início a reunião informando que a Presidente do Subcomitê ainda não se fez presente em razão de estar terminando conferência referente a tragédia do Vale do Taquari e as providências que a Junta Comercial está tomando na tentativa de contribuir na recuperação desses municípios. Saudou os novos integrantes o Sr Gilberto Consoni da FEMICRO e o Sr Endrigo Pradel da Secretaria da Agricultura do RS e os demais membros presentes e *on line*.

Item 2 – Tema “Despesas e custos das certidões para os municípios”

3. **Sílvio** mencionou o assunto a ser tratado passando a palavra a Fabiana Keller que propôs o tema. **Fabiana Keller**, relatou sobre o custo das certidões para os municípios assunto debatido no GT Fiscal, quanto a dificuldade que os municípios enfrentam para acessar documentos que a Junta Comercial detém. Relatou que possuem acesso, pelo Portal de Serviço, mas não tem acesso ao inteiro teor dos documentos, principalmente aqueles referente aos atos constitutivos das empresas que buscam atender demandas administrativas, demandas judiciais e principalmente em execuções fiscais, gerando um custo elevado ao município, entendendo que tais documentos deveriam ser fornecidos de forma gratuita, principalmente em razão da entrada única. A proposta é que os documentos fossem disponibilizados com acesso por senha ou outros mecanismos dessas empresas que estão sob nossa responsabilidade de fiscalização.
4. **O Secretário Executivo**, ressaltou que esse assunto deve ser encaminhado via gabinete, para que seja feito estudo de impacto econômico e jurídico para abrir mão dessa receita. A JucisRS foca a sua arrecadação em poucos aspectos, já não existe cobrança nas extinções de empresa que causavam impacto nos empreendedores em nível nacional, por entender que ficavam com prejuízos na vida pessoal e para aposentadoria em razão de não conseguirem extinguir suas empresas. Ainda, não são mais cobradas taxas nas constituições via Tudo Fácil Empresa. Grande parte da renda da JucisRS são mantidas pelas certidões e nas alterações para manutenção das estruturas que aqui estão montadas, Subcomitê, integração e Tudo Fácil Empresa. Existem algumas evolutivas além do custo e sim a rapidez do fornecimento da certidão. Existe um API para expedição de certidões simplificadas que permitiria que os sistemas integrados façam a requisição em lotes, sendo proveitosa aos municípios. O Secretário fará encaminhamento ao gabinete da Junta Comercial para que se manifeste sobre as possibilidades financeiras do fornecimento gratuito das certidões requeridas pelos municípios.
5. Informou que as certidões e documentos de empresários atingidos pelas enchentes no Vale do Taquari estão sendo fornecidas com isenção de taxas pela JucisRS. Foi indagado pelo Secretário se

os demais órgãos registradores também, isentaram tais taxas. Foi definido que esse assunto será tratado no GT Registro.

Item 3 – Necessidade de Documentos nas Juntas das Filiais das Empresas.

6. Foi dada a palavra para **Rachel Einsfeld**, que informa sobre a necessidade da Fazenda ter acesso a mais informações das empresas sediadas em outros estados. O acesso é via sistema por meio da Redesim, mas sem informações de contrato, ata ou até mesmo datas de registro para fins tributários quando a matriz e filiais da empresa são registradas no Rio Grande do Sul ou em outros estados. Questiona se a deliberação seria no Subcomitê ou levada para as reuniões no âmbito federal com as outras Juntas.
7. **Sílvio** informa que as filiais com sede em outros estados tinham o seguinte procedimento: abre a filial em São Paulo, tinha que fazer dois registros desse ato, abertura da filial aqui e depois todos esses atos seriam registrados na filial de São Paulo. Houve evolutiva no integrador nacional permitindo que fosse sensibilizado pelas aberturas de filial feitas nas unidades da sede das empresas e o integrador comunica o integrador de outro estado ficando com aquele registro. A evolutiva se limitou a tramitação de dados e não de documentos. Em Cuiabá foi colocado em pauta novamente na tentativa de resolver, mas não teve evolução, principalmente porque não poderia ser feita só com as nove Juntas, precisa do integrador nacional, sendo frustrante, com poucas perspectivas de solução a curto prazo. Ficou acordado que o Subcomitê expedirá um ofício ao DREI falando a respeito desse assunto novamente.

Item 03 – Contextualização dos Grupos de Trabalho do Subcomitê da Redesim

GT FISCAL

8. Coordenadora **Rachel Einsfeld**, contextualiza o GT informando que foram realizadas algumas reuniões de alinhamento, com resultados muito positivos, inclusive tratados por mim e pela Fabiana. Ressalta que esse contato com os municípios está sendo muito interessante, por estarmos identificando algumas melhorias em razão da troca de informações com os municípios. Estamos conseguindo entender o processo como um todo e o papel de cada órgão. Atualmente está sendo debatido a dificuldade de endereçamento.
9. O **Secretário** mencionou que foi incluído painel com este tema na próxima Jornada JucisRS, com a participação do Dr Fernando, indicação da Fabiana da FAMURS. Todos os órgão de licenciamento tem interesse nesse tema, principalmente para atualizar e limpar seus Bancos de Dados. A ideia e o princípio da Redesim é que haja uma conformidade no Banco de dados. Cada Banco de dados, o endereço está sendo colocado de maneira diferente, inclusive a aprovação de viabilidade não é bem aproveitada pelos demais órgãos porque foi aprovada por um endereço diferente da base do órgão que está fazendo o licenciamento.
10. **Jorge** informa que atualmente a FEPAM implementou a consulta ao Diretório Nacional de Endereço - **DNE**, ele é mantido e atualizado mensalmente pelos Correios. Essa é a forma que os Correios entregam as correspondências aos destinatários. No caso se houver mudança nos municípios é comunicado o DNE, sistema livre. **Fabiana** questiona se a consulta é por meio de convênio ou gratuita? Jorge informa que gratuita, qualquer cidadão pode consultar.

11. **Luiz Emílio** relata problema de análise de viabilidade em que ocorre esse mesmo problema de endereço, principalmente quanto ao bairro. Questiona se essa solução pode ser incorporada.
12. **Sílvio** relatou como funciona a viabilidade automática, em que o município preenche seus endereços.
13. **Juliano**, entende que a atualização dos endereços devem ser feitas pelos municípios, novas ruas, e loteamentos, inclusive no cadastramento dos advogados. Comunica que na viabilidade é muito comum dar problemas. A OAB/RS informa que os endereços são buscados nos Correios.
14. **Daniela**, gostaria de contribuir quanto a questão dos endereços de Porto Alegre, existe Lei dos Logradouros e dos bairros com atualizações constantes. É atualizado os sistemas e comunicado aos Correios que manifesta formalmente que a atualização da base não é uma prioridade. O sistema da Prefeitura é atualizada e os Correios não, por isso há disparidade de bairros.
15. **Fabiana** comentou sobre a importância do cadastro e informa que essa resposta dos Correios também foi fornecida a eles, em Venâncio Aires. Sugere que o Subcomitê possa intervir junto ao Correios para mudar essa situação.
16. **Presidente Lauren** achou válido a sugestão de marcar reunião com os Correios, sugerindo que representantes dos municípios pudessem acompanhá-la visando relatar os problemas.

GT REGISTRO

17. Presidente propõe o assunto da “Aprovação de trava no sistema Redesim para registro de sociedades com objeto social de registro exclusivo do Cartório de Registro de Pessoa Jurídica” e também sobre “Padronizar as assinaturas (assinador único). Transformação de tipos societários com mudança de Cartório de Registro”.
18. Com a palavra **Juliano** que aborda a questão da trava no sistema da Redesim quando o requerente tiver como atividade as relacionadas abaixo, o registro é exclusivo do Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, situação análoga a trava criada para OAB/RS.

REGISTRO EXCLUSIVO CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS
94.91-0/00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas
FUNDAÇÕES
88.00-6/00 - Serviços de Assistência Social sem alojamento
PARTIDOS POLITICOS
94.92-8/00 - Atividades de organizações políticas
SINDICATOS
94.20-1/00 - Atividades de organizações Sindicais
94.11-1/00 - Sindicato de Trabalhadores
ASSOCIAÇÕES
9430-8/00 Associação, ONG, de defesa dos Direitos Humanos
9001-9/99 Cenografia ligada às atividades artísticas; serviços de
9499-5/00 Associação Comunitária
9499-5/00 Associação de Bairros
9499-5/00 Associação de Mulheres
9599-5/00 Atividades de Centro Acadêmicos

19. Outra questão tratada refere-se a possibilidade de um **assinador estadual** comum, em situação similar a entrada única de documentos com acessibilidade mais fácil para o requerente. Existindo preferência pelo assinador gov.br. A OAB/RS já esta interagindo com as Seccionais e Seccional Federal para utilização.
20. E por fim Juliano mencionou a questão das transformações das sociedades de advogados e sociedade empresárias, ou vice-versa, a transferência de Cartório de Registro para o outro, com mudança do tipo societário. Propõe a normatização, em razão das dificuldades de acessar os documentos, como o histórico da empresa. Pensaram na possibilidade de criarmos uma normatização sobre as informações da sociedade, pensando nas alternativas, talvez dar acesso as informações de um órgão registrador a outro. Mas se deter na questão de normativa. Informa que o GT Registro irá submeter ao GT Legal para normatização de maneira conjunta. E por fim, coloca a importância da padronização dos órgão registradores.
21. **Luiz Emílio**, representando o Sr. Marco Antônio pelo Instituto de Registros de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Rio Grande do Sul, menciona que o DREI 81, fica um pouco vago sobre a questão da sociedade empresária em transformação para Associação. Pairam muitas dúvidas a respeito e a Corregedoria ainda não definiu ou normatizou o tema. Já o DREI 81 prevê, contudo, não definiu quais são os requisitos, de que forma, qual a documentação necessárias, incide questão tributária? Solicita que essa questão seja debatida agora ou mais adiante.
22. Parabenizou a Junta pela iniciativa de isentar as custas nos municípios afetados pela enchente do Vale do Taquari e que levará esse tema ao Dr Marco Antônio, porque os emolumentos cobrados pelos Cartórios depende do Tribunal de Justiça e Corregedoria. Que será dado retorno a esse respeito.
23. Os Cartórios hoje contam com assinador eletrônico na Central de Registros Eletrônicos na plataforma Confia com autenticação pelo ICP Brasil.
24. **Lauren Momback**, levantou a questão da padronização na FENAJU - FEDERAÇÃO NACIONAL DE JUNTAS COMERCIAIS e nas Juntas Comerciais, principalmente no que tange a abertura e alteração de empresas facilitando ao cidadão independente do estado que esta. Desde já concorda em que colocar os dados da OAB/RS e dos Cartórios no site da JucisRS.
25. Foram aprovadas as travas requeridas aos Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas, sem oposição.
16. **Magnum** informar que o Decreto 5.691 prevê a inclusão do gov.br pelo estado nos serviços de forma gratuita, contudo, não excluindo os demais assinadores.
17. Foi aprovado por unanimidade o inicio das tratativas referente ao assinador gov.br.
18. Posteriormente a **Presidente** entende que são duas questões:

A primeira seria a regulamentação das definições das competências e atribuições dos órgãos registradores, devendo ser tratado no GT Legal em conjunto com o GT Registro, após encaminhado para a próxima reunião do Subcomitê;

Após alinhar a normatização referente as competências deverá ser encaminhado ao DREI.

Segunda questão refere-se a demandar o DREI para que regulamente a nível nacional.
19. **Cezar** entende que deve ser feito um alinhamento mais geral de algumas situações mais pontuais, a ressalva feita no GT é que cada órgão registrador tem suas competências e suas regulamentações

específicas quanto a esses procedimentos. A ideia seria estabelecer rotinas administrativas para registro na Junta, no Cartório e na OAB/RS, nos casos em que há necessidade de algum ajuste de informação, por exemplo, faltou uma cláusula obrigatória ou estatuto no caso de Associação, para que a gente consolidasse a ideia de que essas retificações fossem aceitas pelo órgão que esta recebendo referido documento, hoje não se tem uma uniformidade a nível Brasil, ou seja, a quem cabe receber essas retificações, Cartório, Junta ou OAB/RS, então, o usuário fica no limbo tendo o registro negado, a exemplo do Cartório e não consegue fazer alteração na Junta porque a Junta já fez referencia de que houve efetivamente conversão de sociedade empresária para simples.

20. **Luiz Emílio** ratificou a fala do Cezar, exemplificou algumas circunstancias.
21. **Cezar** informa que na sexta terá reunião com a Diretora em Brasília por vídeo conferencia em razão de estar aberta consulta pública para melhorias na instrução normativa n.º 81 que regulamenta os atos de registro da Junta. Caso a OAB/RS e os Cartórios tenham sugestões ou queiram encaminhar solicitações fundamentadas, poderão fazê-lo até quinta dessa semana, via *whatsapp* ou no GT Registro.
22. **Marcelo** comenta que a necessidade é decorrente dos Registros e que a normatização por competência será advinda do GT Registro, mas o GT Legal estará disponível para auxiliar.
23. **Presidente** sugere que na próxima reunião do Subcomitê seja encaminhada a minuta dessa normatização para aprovação.

GT MEI

24. Com a palavra **Márcio** versou sobre as correções da minuta do ofício n.º 11/2023, documento que teve a participação dos técnicos da FEPAM, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e Dra Maria Patrícia. Referido ofício será encaminhado ao CGSIM Nacional com atividades econômicas consideradas de alto risco para os órgãos estaduais. Houve ressalva do SEBRAE em seguir a Resolução CGSIM n.º 59, principalmente por entenderem que essa ação poderá estimular a informalidade, mas como Coordenador do GT encaminha as ponderações dos órgãos de licenciamento.
25. Presidente coloca em votação a aprovação do ofício n.º 11/2023, que deverá ser encaminhado ao CGSIM para manifestação. Posteriormente será comunicado aos membros a resposta da demanda.

GT T.I

26. **Magnum** informa que no CEDE esta sendo tratado sobre as evolutivas de integração dos sistemas, entende que existe duplicidade de ações seja no GT TI do Subcomitê bem como no CEDE, que também é presidido pela Presidente Lauren, assim, propõe que as atualizações no GT do CEDE seja repassadas de maneira unificada. Posteriormente solicita que os órgãos licenciadores se manifestem quanto a situação dos sistemas:

Com a palavra **Jorge** que informa a realização da reunião na FEPAM com dirigentes, em que se acordou que o integrador implementará os temas pautados. **William** foi questionado sobre a atualização por parte do integrador, passando a informar que a integração com a SEFAZ esta em processo de finalização em que eles já estavam fazendo os preparativos para produção. Referente a SIVISA estão em processo de finalização com avaliação de alguns pontos referente ao fluxo, posteriormente a PROCERGS ficou de definir um prazo para cumprimento das novas exigências.

27. **Dora** não tem maiores novidades, mas mantém reuniões com a PROCERGS para implementação da SIVISA.

28. **Braatz** informa que todas as edificações de risco alto já estão sendo licenciadas pelo sistema SOL apenas quanto ao passivo já licenciado pelo sistema antigo. Acredita que meados de outubro já tenha sido homologado havendo necessidade de reuniões com a TI da Junta para os últimos ajustes. **Sílvio** comenta que com relação a integração com os Bombeiros existem alguns empreendimentos que não estão licenciados automaticamente porque são de baixo risco, serão licenciados depois com o SOL que ainda não tem integração nesses empreendimentos que ficam permanentemente com o *status* de não licenciados. Então, a Redesim esta aguardando reunião para que seja resolvida essa situação.
29. **Magnum** informa que será feita unificação do relatório, uma vez ao mês será trabalhado no Comitê do Ambiente de Negócios e as atualizações serão expostas nas reuniões do Subcomitê.
30. **Presidente** ressalta que caso haja alguma demanda ou deliberação específica poderá ser encaminhado ao Ambiente de Negócios do CEDE. Consultou os membros quanto a aprovação para que o assunto de T.I das integrações sejam tratados no CEDE e nas reuniões do Subcomitê Magnum fará a atualização a todos os membros, aprovação unânime.
31. A Presidente passou a palavra ao **Magnum** que mencionou sobre a recepção na SPGG do PL n.º 394/2021, de relatoria do Deputado Ernani Polo que propõe alteração da Lei da Liberdade Econômica.
32. A **Presidente** mencionou que todos os órgãos de licenciamento devem estar no GT Legal para apreciar essa demanda de alteração da Lei, sendo incluído ao GT Legal. A FEPAM e a FEMICRO pedem inclusão no grupo, o que é feito de imediato. Ainda, mencionou que interessados em ingressar no GT Legal poderão fazê-lo até sexta feira, dia 22.09.2023.
33. **Sílvio** requereu ao William que fizesse a apresentação do novo *layout* do Portal de Serviços.
34. **Jorge** volta a solicitar que seja alterado o nome, ao invés de SEMA deve constar FEPAM. William informa que essa solicitação já foi feita pelo empreendedor digital. **Lauren** vai solicitar urgência para que o Alex atenda essa demanda.
35. Márcio convida todos a participar da Feira Mercopar - Transformar Juntos que ocorrerá em Caxias do Sul, versa sobre os painéis que serão explorados.
36. E por fim, a Presidente requer cinco voluntários para assinar essa ata, ficando Magnum Eltz, Márcio Benedusi, Jorge Filho, Luis Braatz e Gilberto Consoni.

Encaminhamentos

- Quanto ao assunto “**Despesas e custos das certidões para os municípios**” o tema retornará para discussão no “Gabinete da Junta Comercial.” para que se manifeste sobre as possibilidades financeiras de isentar tais custos.
- Deverá ser expedido ofício deste Subcomitê ao CGSIM/DREI para que este avalie a questão da disponibilização dos documentos constitutivos de empresas sediadas em outros estados, Matriz e Filial.
- Aprovado o ofício n.º 11/2023, que será encaminhado ao CGSIM que tem como tema a isenção de licenciamento em atividades de alto risco MEI.

- Dar início as tratativas quanto ao assinador gov.br no **GT Registro**.
- No que tange a isenção de custas para expedição de documentos dos demais órgãos de registro, OAB/RS e Cartório de Registro para os municípios atingidos pela enchente no Vale do Taquari será abordado no **GT Registro**.
- Regulamentação das definições das competências, atribuições, rotinas administrativas dos órgãos registradores que deverão ser tratados no **GT Registro** em conjunto com o **GT Legal**. Após regulamentação deverá ser encaminhado ao **DREI** para possibilitar a regulamentação Nacional.
- O PL n.º 394/2021 que altera a Lei da Liberdade Econômica será tratado no **GT Legal** para manifestação e posteriormente agendamento de reunião extraordinária do Subcomitê para deliberações.
- Aprovada as travas no sistema da Redesim para registro de sociedades com objeto social de registro exclusivo do Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, conforme item **25** desta ata.
- Agendamento de reunião com os representantes dos Correios, Presidente da Junta e representantes dos municípios para tratar dos problemas de endereçamento.
- As evolutivas quanto a integração de sistemas (T.I) dos órgãos de licenciamento à Redesim serão abordados no Ambiente de Negócios do CEDE sendo atualizada a situação nas reuniões do Subcomitê pelo membro, Magnum Eltz.